

Processo: 006.470/2022-0

Natureza: Tomada de Contas Especial

Unidade Jurisdicionada: Ministério Público Federal

Responsáveis: Januário Paludo, João Vicente Beraldo Romão, Isabel Cristina Groba Vieira, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Antonio Carlos Welter, Jerusa Burmann Viecili, Carlos Fernando dos Santos Lima, Deltan Martinazzo Dallagnol, Diogo Castor de Mattos, Orlando Martello Junior

Interessados: Não há.

DESPACHO

Cuidam os autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada em decorrência de possíveis irregularidades na gestão administrativa da força-tarefa da Operação Lava Jato, do Ministério Público Federal (MPF), particularmente quanto aos valores despendidos com diárias, passagens e gratificações de desoneração de procuradores para atuarem com exclusividade na aludida Operação.

Aprecio, nesta oportunidade, embargos de declaração opostos por Deltan Martinazzo Dallagnol (peça 235) em face do despacho de peça 218, o qual, em resumo, determinou a devolução do prazo remanescente para que o responsável apresentasse sua defesa após decisão do Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, de 25/6/2022, que autorizou a retomada do trâmite processual desta TCE (peça 217). Na oportunidade, indiquei à SecexAdministração que o processo deveria ser imediatamente instruído diante do risco de prescrição.

Conheço do expediente, por preencher os requisitos previstos na Lei 8.443/1992, art. 32, inc. II, e 34, c/c Regimento Interno do TCU, art. 287 e 298, c/c Código de Processo Civil, art. 1.024, § 2º.

No mérito, o embargante alega haver obscuridade no despacho de peça 218 porque esse teria orientado a instrução processual “com a máxima brevidade possível, diante do risco de prescrição”. Sustenta que, uma vez já realizadas as citações dos responsáveis, o que constituiria marco interruptivo do prazo prescricional nos termos da Lei 9.873/1999, referido risco de prescrição seria obscuro. Requer, no pedido, seja sanada a referida obscuridade.

Não assiste razão ao embargante.

Este Tribunal, recentemente, ao apreciar o TC 000.006/2017-3, remeteu a análise do tema prescrição a processo criado em decorrência do Acórdão 459/2022-TCU-Plenário (redator Ministro Walton Alencar Rodrigues). Essa decisão expediu comando à Secretaria-Geral de Controle Externo desta Casa para que seja formado um grupo técnico de trabalho destinado a apresentar projeto de ato normativo que discipline “o tema da prescrição da pretensão ressarcitória e da prescrição da pretensão punitiva no âmbito do controle externo, tendo por base jurisprudência predominante do Supremo Tribunal



Federal, adequando-a às especificidades das diversas formas de atuação do Tribunal de Contas da União”.

Tendo em vista a época dos atos apurados nesta TCE, que em alguns casos remonta ao ano de 2015, e justamente porque esta Corte de Contas ainda não definiu, em ato normativo, as regras prescricionais aplicáveis à hipótese de dano ao erário e respectivas causas interruptivas, subsiste o risco de prescrição e a necessidade de observância do princípio da celeridade processual – sem prejuízo, naturalmente, do contraditório e da ampla defesa nos termos das regras processuais aplicáveis aos processos de controle externo.

Diante do exposto, **conheço e rejeito** os embargos de declaração opostos por Deltan Martinazzo Dallagnol (peça 235).

Restituam-se os autos à SecexAdministração para que sejam imediatamente instruídos, dado o risco de prescrição.

Brasília, 15 de julho de 2022

(Assinado eletronicamente)

Ministro BRUNO DANTAS
Relator